



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES
Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins
Maeió-AL, CEP 57072-900
- <http://hupaa.ebserh.gov.br>

ENCARTE D

EXIGÊNCIAS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. OBJETIVO.

Estas exigências definem os deveres e as responsabilidades da EMPRESA CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Saúde e Segurança do Trabalho que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas e instalações do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes e da empresa contratada.

2. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELA USOST

2.1. ORDENS DE SERVIÇO DE SEGURANÇA - OS

A Norma Regulamentadora nº 01 do Ministério do Trabalho e emprego prevê no item 1.7, o seguinte:

1.7 - Cabe ao empregador:

b) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos empregados por comunicados, cartazes ou meios eletrônicos.

2.2. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - SESMT

A Norma Regulamentadora nº 04 do Ministério do Trabalho e Emprego apresenta o dimensionamento da equipe do SESMT em função do grau de risco e do quantitativo de funcionários. Dessa forma, informamos que deve ser cumprido o que está previsto na Norma.

2.3. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

A Norma Regulamentadora nº 05 do Ministério do Trabalho e Emprego apresenta o dimensionamento da CIPA em função do grau de risco e do quantitativo de funcionários. Dessa forma, informamos que deve ser cumprido o que está previsto em Norma.

2.4. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

A contratada deve apresentar antes do início das atividades as fichas de entrega de EPI'S e treinamentos quanto ao uso correto realizados com seus funcionários. Durante a vigência do contrato o SOST poderá solicitar novamente a documentação referente ao tema a fim de garantir que está se respeitando o disposto na Norma Regulamentadora nº 06.

2.5. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO

2.5.1. O item 7.1.1 da Norma Regulamentadora nº 07 estabelece:

2.5.1.1. “A obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da Saúde do conjunto de seus trabalhadores”

2.6. ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO

Em cumprimento a Norma Regulamentadora nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego, é obrigação da empresa atestar a Saúde Ocupacional de seus funcionários antes que iniciem suas atividades.

2.7. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS- PGR

2.7.1. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;

2.7.2. O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;

2.7.3. A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade;

2.7.4. A organização deve:

2.7.4.1. evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;

2.7.4.2. identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;

2.7.4.3. avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;

2.7.4.4. classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;

2.7.4.5. implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1; e

2.7.4.6. acompanhar o controle dos riscos ocupacional.

2.8. LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

2.8.1. A Norma Regulamentadora nº 15 obriga que as empresas elaborem os laudos de insalubridade e periculosidade, a fim de definir se o ambiente em que seus

trabalhadores desenvolvem suas atividades laborais são salubres ou insalubres, identificando se o grau de insalubridade é mínimo, médio ou máximo;

2.9. PROGRAMA DE VACINAÇÃO DOS TRABALHADORES

2.9.1. De acordo com o item 32.2.4.17.1 todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.

2.9.2. A fim de comprovação, a empresa deverá apresentar à USOST cópia do cartão de vacina de todos os trabalhadores.

2.10. EXPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES A RADIAÇÃO IONIZANTE

2.10.1. De acordo com a NR 32 do MTE no item 32.4.6 - Cabe ao empregador:

2.10.1.1. implementar medidas de proteção coletiva relacionadas aos riscos radiológicos;

2.10.1.2. manter profissional habilitado, responsável pela proteção radiológica em cada área específica, com vinculação formal com o estabelecimento;

2.10.1.3. promover capacitação em proteção radiológica, inicialmente e de forma continuada, para os trabalhadores ocupacionalmente expostos às radiações ionizantes;

2.10.1.4. manter no registro individual do trabalhador as capacitações ministradas;

2.10.1.5. fornecer ao trabalhador, por escrito e mediante recibo, instruções relativas aos riscos radiológicos e procedimentos de proteção radiológica adotados na instalação radiativa;

2.10.1.6. dar ciência dos resultados das doses referentes às exposições de rotina, acidentais e de emergências, por escrito e mediante recibo, a cada trabalhador e ao médico coordenador do PCMSO ou médico encarregado dos exames médicos previstos na NR-07.

3. SEGURANÇA DO TRABALHO

3.1. A Contratada deverá instruir seus empregados sobre as precauções a serem tomadas, a fim de evitar acidentes do trabalho e doenças ocupacionais;

3.2. A Contratada deverá promover a divulgação e zelar pela observância das Normas de Segurança do Trabalho, eliminando ou neutralizando as situações de risco que vierem a ocorrer;

3.3. As contratadas devem fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de acordo com os riscos identificados na análise de risco e/ou indicados pela contratante, entre outros:

3.3.1. Luvas;

3.3.2. Máscaras descartáveis;

3.3.3. Óculos de Proteção;

- 3.3.4. Respiradores PFF-2/N-95;
- 3.3.5. Respiradores PFF-2/Carvão ativado;
- 3.3.6. Calçados apropriados;
- 3.3.7. Botinas;
- 3.3.8. Capacete;
- 3.3.9. Protetores auriculares;
- 3.3.10. Vestimentas apropriadas;
- 3.3.11. Outros.

4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Informar à USOST sempre que houver acidentes de trabalho ocorridos com seus funcionários;
- 4.2. Dar todo suporte aos seus empregados em caso de acidentes ocorridos durante a execução dos trabalhos;
- 4.3. Emitir Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, nas condições e prazos legais, em caso de acidente de trabalho ocorrido com seus empregados ou subcontratados que laborem nas instalações do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA;
- 4.4. Dar conhecimento aos empregados das sanções legais que lhes poderão ser aplicadas pelo descumprimento das Normas de Segurança;
- 4.5. Cumprir as Determinações das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e os Procedimentos Operacionais Padrão do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes ao executar suas atividades, de forma exemplificativa, POP 001.USOST – Trabalhos de prestadores de serviço; POP 014.USOST – Trabalho em espaço confinado e POP 015.USOST – Trabalho em Altura.
- 4.6. Fornecer treinamentos estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras conforme análise de riscos das atividades realizadas e apresentar os certificados quando solicitados. entre outros os cursos exigidos podem ser segurança com eletricidade (NR 10), uso de máquinas e equipamentos (NR 15), trabalho em espaço confinado (NR 33), trabalho em altura (NR 35), trabalho em estabelecimentos assistenciais de saúde (NR32).
- 4.7. Fornecer quaisquer documentações técnico-legais atreladas a Segurança e Saúde do Trabalhador ao contratante, quando requisitado.

5. REQUISITOS GERAIS

- 5.1. Transportar os materiais de trabalho bem acondicionados, fixos e organizados em carros funcionais;
- 5.2. Comunicar responsáveis pelo setor onde será realizado o trabalho e solicitar permissão para acessar áreas restritas;

- 5.3.** Utilizar meios para isolar a área de trabalho, conforme o serviço a ser executado: avisos, faixas, cordões de isolamento, telas, tapumes, cortinas vedantes para obras que geram poeira, e garantir a segurança na fixação de tapumes e andaimes;
- 5.4.** Não interromper fluxo de passagem e transporte de pacientes;
- 5.5.** Não interromper fornecimento de energia elétrica ou desligar/desconectar equipamentos sem consentimento da equipe do setor;
- 5.6.** Não fotografar o ambiente, pacientes e demais membros da comunidade hospitalar (se necessário ao trabalho, solicitar permissão da assessoria de comunicação);
- 5.7.** Sempre que novas atividades forem incorporadas ao processo e não estiverem previstas nesse termo de referência, a contratada tem a obrigação de avaliar e adotar as medidas de controles cabíveis, sem ônus para a contratante.